

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
DIOGO DUARTE DE LIMA**

**DA BANALIDADE DO MAL À VIDA DO ESPÍRITO COMO DESENVOLVIMENTO
MORAL DA PESSOA EM HANNAH ARENDT**

**PONTA GROSSA
2020**

DIOGO DUARTE DE LIMA

**DA BANALIDADE DO MAL À VIDA DO ESPÍRITO COMO DESENVOLVIMENTO
MORAL DA PESSOA EM HANNAH ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como
requisito a obtenção do título de Licenciado em Filosofia
na Instituição de Ensino Superior Sant'Ana.

Orientador: Prof. Ms. Marcelo Puzzio

PONTA GROSSA
2020

DIOGO DUARTE DE LIMA

**DA BANALIDADE DO MAL À VIDA DO ESPÍRITO COMO DESENVOLVIMENTO
MORAL DA PESSOA EM HANNAH ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Filosofia da Instituição de Ensino Superior Sant'Ana apresentado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Filosofia. Aprovado no dia 23 de novembro de 2020 pela banca composta por Marcelo Puzzio (Orientador), Carlos Ricardo Grokoriski e Lília Schainiuka Heil.

LUCIO MAURO BRAGA MACHADO
Coordenador do Núcleo de TCC

Dedico este trabalho à minha família, Lorival Machado, Cleide Duarte, Maicon de Paiva e Daiane Duarte. A todos os Irmãos e Irmãs da Copiosa Redenção, aos Acolhidos e Acolhidas que estão sob os cuidados da Copiosa Redenção, a todos os Dependentes de álcool e outras drogas e a todas as pessoas que sofrem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que é em minha vida a revelação dos princípios Morais e da vivência da Liberdade que procuro realizar ao longo da minha existência humana.

Gostaria de dedicar um agradecimento com muito amor a toda minha família, Lorival Machado, Cleide Duarte, Maicon de Paiva e Daiane Duarte, por me conduzirem a Deus e por me ensinarem com muita dedicação o caminho de uma moral consciente e cada vez mais livre; agradeço (*in memoriam*) à Adenair Andrade minha madrinha de oração e a minha avó Maria Duarte pelo exemplo que me deram de respeito à vida e ao outro.

Agradeço ao meu Fundador Padre Wilton Morais Lopes, C. Ss. R, que pelo seu sim a Deus tocou profundamente a minha vida, pois com o Carisma da Copiosa Redenção, Deus em sua infinita misericórdia me faz cada dia mais livre para corresponder ao seu chamado para comigo.

Agradeço de forma especial a todos os meus irmãos da Comunidade Religiosa que me proporcionam através da Adoração ao Santíssimo Sacramento e da vida comunitária fraterna a experiência dos Valores Morais e da Liberdade.

Com muita alegria agradeço de forma carinhosa ao Padre Luis Cesar, à Madre Tânica e Adalto Chitolina, por serem pessoas que me conduzem à vivência dos valores da moral religiosa e da liberdade em Jesus Cristo, pois me ajudam no meu processo formativo de liberdade e de entrega a Deus.

Agradeço a todos os professores e colaboradores da Faculdade Sant'Ana que ao longo destes anos foram de suma importância para o desenvolvimento do meu conhecimento filosófico.

Agradeço de forma especial ao Professor Mestre Marcelo Puzzio que foi de muita importância para a construção deste trabalho.

Agradeço ao Ir. Vinícius Sotocorno, ao Ir. Bergson Vilalba, ao Postulante André Luis e a Vinicius Schultz pela dedicação e carinho que tiveram na realização das correções ortográficas e na construção do *Abstract*.

Por fim, agradeço a todos os colegas de turma que comigo caminharam até aqui em busca do conhecimento. A todos GRATIDÃO.

“Ao recusar-se a ser uma pessoa, Eichmann abdicou totalmente da característica que mais define o homem como tal: a de ser capaz de pensar. Consequentemente, ele se tornou incapaz de jazer juízos morais. Essa incapacidade de pensar permitiu que muitos homens comuns cometessem atos cruéis numa escala monumental jamais vista. A manifestação do ato de pensar não é o conhecimento, mas a habilidade de distinguir o bem do mal. E eu tenho a esperança de que o pensar dê força às pessoas para evitar a catástrofe nesses raros momentos, na hora da verdade”.

(HANNAH ARENDT)

RESUMO

O presente trabalho, realizado com o método qualitativo de caráter bibliográfico, tem por tema “da banalidade do mal à vida do espírito como desenvolvimento moral da pessoa”, a partir, das obras de Hannah Arendt (1906-1975). Para tanto se desenvolveu um caminho filosófico pontuando alguns objetivos específicos: descrever a vida e obras de Arendt e as influências à sua filosofia; analisar a obra - *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal* (SOUKI, 2006), para que se compreenda o conceito de banalidade do mal e a influência desta banalização no desenvolvimento moral da pessoa. Discorrer sobre a obra *A Condição Humana* (2007) e *A Vida do Espírito* (2000), a fim de compreender o desenvolvimento moral do ser humano, por meio de uma reflexão histórica, compreendendo o totalitarismo e os colapsos morais causados por essa ideologia, para assim ponderar o retorno a moral por uma vida contemplativa e ativa. Portanto, é possível compreender que, a partir, da banalidade do mal até a vida do espírito é possível entender o desenvolvimento moral da pessoa e o percurso que essa pessoa realiza, pois se transcorre por uma banalização do mal que é causada pelo vazio de pensamento, e, que a vida do espírito é a esperança para que o homem viva e até mesmo retorne aos valores morais.

Palavras-chave: Banalidade do Mal. Vida do Espírito. Desenvolvimento Moral.

ABSTRACT

The present work, carried out with the qualitative method of bibliographic character, has as its theme "from the banality of evil to the life of the spirit as a moral development of the person", starting from the works of Hannah Arendt (1906-1975). To this end, a philosophical path was developed, punctuating some specific objectives: to describe Arendt's life, works, and the influences on his philosophy; analyze the work - *Hannah Arendt and the Banality of Evil* (SOUKI, 2006), in order to understand the concept of banality of evil and the influence of this banality on the moral development of the person. Discuss the work *The Human Condition* (2007) and *The Life of the Spirit* (2000), in order to understand the moral development of the human being, through a historical reflection, understanding totalitarianism and the moral breakdowns caused by this ideology, for thus pondering the return to morals for a contemplative and active life. Therefore, it is possible to understand that, from the banality of evil to the life of the spirit, it is possible to understand the moral development of the person and the path that that person takes, because it takes place through a trivialization of evil that is caused by the emptiness of thought and that the life of the spirit is the hope for man to live and even return to moral values.

Keywords: Banality of Evil. Spirit's Life. Moral Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONVERSAÇÕES EXISTENCIAIS: ARENDT E SEUS INTERLOCUTORES.....	12
2.1 Hannah Arendt: a compreensão da banalidade do mal.....	17
2.2 O vazio de pensamento e a banalidade do mal: a violência como consequência do mal.....	21
3 O TOTALITARISMO E OS COLAPSOS MORAIS: O DESENVOLVIMENTO MORAL E A VIDA DO ESPÍRITO COMO A VIVÊNCIA DA MORAL.....	25
3.1 A condição humana como via do desenvolvimento moral.....	30
3.2 A vida do espírito como a esperança para a vivência da moral	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFRÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa procura apresentar o pensamento de Hannah Arendt como uma forma de compreender o desenvolvimento moral da pessoa. A chave de leitura tem o objetivo de responder a seguinte problemática: “a banalidade do mal e a vida do espírito – são meios de compreender o desenvolvimento moral da pessoa”?

Para chegar a uma resposta à problemática um percurso filosófico será construído em torno de principais obras da autora, como “*A Condição Humana*¹” (2007), “*A Vida do Espírito*²” (2000) e a obra “*Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*” (SOUKI, 2006). O trabalho será construído entorno da pensadora e de outros pensadores que auxiliam no entendimento da filosofia arendtiana dentro da contemporaneidade.

Essa pesquisa se desenvolve após questionamentos que se fizeram presentes ao analisar as atrocidades vivenciadas e praticadas pelo ser humano no tempo do nazismo; com o objetivo de entender o que se passava nas pessoas que sofriam e nas que praticavam tais atos, por isso, é possível perceber a importância deste estudo para os tempos atuais, a humanidade em seu desenvolvimento moral vivenciou banalidades, e se hoje não se olhar para o passado de forma a aprender com os erros, a pessoa poderá continuar a realizar banalidades que ferem a si mesma e ao outro. Portanto, este estudo procura elucidar a importância educativa que a história proporciona ao ser humano ao expor para ele as barbáries que podem ser realizadas se as ações forem efetuadas sem uma análise racional.

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar o contexto histórico e as principais influências filosóficas para o desenvolvimento do pensamento de Hannah Arendt; expor uma análise comprehensiva do conceito de “banalidade do mal” no intuito de perceber a perda dos valores morais da pessoa.

Propõe-se no segundo capítulo a compreensão de situações importantes para a questão da moral humana, sendo uma delas a realidade do totalitarismo nazista como condição para as inversões de valores e pelos colapsos morais gerados pelo

¹ A Condição Humana (1958) – apresenta elementos da filosofia política positiva da autora contrapondo-se à política totalitária, mediante a vida ativa da pessoa.

² A Vida do Espírito (1978) – procura fazer um retorno à vida contemplativa, para realização do discernimento de certo e errado.

regime, compreendendo a condição humana como parte do desenvolvimento integral da pessoa e a vida do espírito como meio de viver a moral.

Perceber-se-á neste estudo que ao longo da história o homem realizou percursos de perda dos valores morais, porém essa mesma história ainda que cruel revela à pessoa a possibilidade de dar passos a um futuro que respeite a vida, respeite o outro e a própria moral.

2 CONVERSАÇÕES EXISTENCIAIS: ARENDT E SEUS INTERLOCUTORES

Hannah Arendt foi uma filósofa e teórica política da contemporaneidade, judia natural da Alemanha, nasceu em 14 de outubro de 1906 em Hannover e faleceu 04 de dezembro de 1975 em Nova York – USA. Arendt viveu os terrores da perseguição nazista, o que a influenciou na pesquisa sobre o fenômeno do totalitarismo. Suas principais obras são: “As origens do Totalitarismo” (1951), “Eichmann em Jerusalém” (início da década de 60), “Entre o Passado e o Futuro” (1961) e “A Condição Humana” (1958). (CORREIA, 2006).

Segundo Correia (2006), Arendt é tida como uma das mais influentes e polêmicas pensadoras do século XX, estudou teologia cristã na Universidade de Berlim. Em 1924 iniciou seu estudo em filosofia na Universidade de Marburg desenvolvendo sua aprendizagem com Martin Heidegger. Em 1926 foi orientada por Karl Jaspers na defesa de sua tese de doutorado – “o conceito de amor em Agostinho”, publicada em 1929.

No final da década de XX, Hannah Arendt começou a participar do movimento político judaico que era administrado pelo sistema sionista, em seguida houve a ascensão do nazismo. Ela fora perseguida e presa em decorrência de suas atividades. Fugiu para Paris com a mãe e neste período se dedicou às organizações judaicas, tendo por função a preparação dos jovens na imigração para a Palestina. Com o estouro da guerra entre Alemanha e França, Arendt e sua mãe foram detidas em campos de internamento, e em 1941 fugiram por Lisboa para os Estados Unidos. (CORREIA, 2006).

Em sua vida e em sua obra Hannah Arendt viveu o sombrio século XX. Ao mesmo tempo, traduziu o esforço do pensamento para alcançar a compreensão da nossa época, em seus movimentos mais extremos e em suas bases mais profundas. Ela sempre dizia que buscava antes de tudo compreender. E a compreensão, em suas palavras, é “uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo”. (CORREIA, p. 03, 2006).

Tendo um certo entendimento de quem é Hannah Arendt e sua contribuição para a humanidade, procura-se elucidar alguns pensadores que auxiliaram no desenvolvimento do pensamento da autora:

- 1) Martin Heidegger: o “ser-no-mundo” e a pluralidade da pessoa como forma de entender as realidades políticas

A influência de Heidegger no pensamento de Arendt aparece na dualidade: o “eu”, o “si mesmo”, no que concerne o entendimento diante das ações humanas, do juízo moral e da pluralidade política. “É dentro da filosofia heideggeriana de mundo que podemos alcançar a compreensão da pluralidade humana não como homens, mas como mortais” (GUEDES, p. 68, 2017).

Segundo Guedes (2017), esse aspecto da pluralidade aponta para o pensamento de Arendt, pois Heidegger influência na compreensão da humanidade, limitando assim a realidade interna do “si” para um maior alcance dos “nós”.

O “si” na filosofia heideggeriana está voltado para o entendimento-de-ser, do mundo e da acessibilidade do interior do mundo, ou seja, um verdadeiro conhecimento do ser, o *Dasein*, é observar o “ser-no-mundo” em suas relações culturais, sociais, profissionais, relações que se encontram na base do mundo. (GUEDES, 2017).

Em consonância com estas relações pode-se dizer que o *Dasein* significaria o “si mesmo” e, portanto, o “ser-no-mundo”, tendo ciência que mundo para Heidegger é o ser em sua totalidade. (GUEDES, 2017). Afirma-se:

Mundo não é nenhuma expressão regional, não designa esse ou aquele ente, mas o modo de ser do ente na totalidade. Nessa significação, porém, “mundo” está frequentemente tão relacionado ao ser-aí que o próprio ser-aí é diretamente designado mundo. Portanto, mundo é o modo de ser do ente na totalidade e, contudo, está relacionado ao ser-aí que não é mais do que um ente entre outros. (HEIDEGGER apud GUEDES, 2017, p. 71-72).

Por conseguinte, o pensamento de Heidegger auxiliará Arendt na questão do “ser-no-mundo” e a compreensão das relações no desenvolvimento da pluralidade política. Portanto este importantíssimo pensador ajudará no entendimento dos terrores causados pelas disputas políticas de poder, como o nazismo. (GUEDES, 2017).

De uma maneira geral, podemos compreender a importância do diálogo interno proposto por Arendt, no sentido de ele ser um constante exercício de rememoração dos fatos ocorridos, uma atividade muito importante, pois nos apontaria a melhor conduta a ser assumida diante de impasses éticos e políticos. Além disso, essa atividade nos alertaria sobre a maior punição que alguém que não “ouve” a voz do “si mesmo” poderia sofrer. Quer dizer,

antes mesmo de Eichmann ser enforcado, ele já teria recebido sua maior sanção: perdeu a capacidade de harmonia consigo mesmo e, assim, perdeu a possibilidade de ser considerado como uma pessoa. (GUEDES, p. 82, 2017).

Sendo assim, o pensamento de Heidegger influenciará no pensamento de Arendt, no que concerne à questão de a pessoa não ouvir a voz do “si mesmo”, isto é, do “ser-no-mundo”, e de não se responsabilizar por suas ações diante do outro, como se poderá perceber no caso de Adolf Eichmann.

2) Karl Jaspers: as “situações-limites” como forma de perceber as ações da pessoa

Jaspers e Arendt se conheceram no momento em que a autora realizava a produção de sua tese de doutorado: “o conceito de amor em Agostinho”. Desenvolvendo uma importante relação de conhecimento mútuo, Arendt apreciava a postura humanista do autor, a relação se construiu mediante a forma de entender a filosofia de Jaspers, isto é, a filosofia que se constrói diante das experiências de pensar o mundo, tendo por meio o ser humano que nele habita. Jaspers apresenta uma filosofia existencial que abre as portas para a exploração de Arendt dentro da teoria política. (BARBOSA, 2017).

Segundo Barbosa (2017), a influência da filosofia de Jaspers se encontra na dimensão da experiência das “situações-limite”, sendo elas responsáveis pelo reconhecimento das potencialidades dentro da ação do homem.

A inquietude do homem diante de muitas situações enfrentadas na sua vida, como, por exemplo, as situações que envolvem dor, sofrimento, morte e também a angústia, e ainda aquelas situações que não podem ser vividas sem luta, demonstram antes de tudo que a existência encontra, na infinitude da reflexão, a abertura ilimitada da resposta às situações-limites, infinitude essa que determina a existência, mas que na imanência da vida essas situações parecem o fim. (JASPERS apud HIRAI, 2018, p. 37).

Existência e comunicação duas vertentes que se unem numa dimensão de relação, pois a atividade interior do “Eu” – existência, se desenvolve mediante a relação com o “Outro” – comunicação. “O aspecto positivo que Arendt extrai do conceito reside no fato de que a comunicação se dá entre homens que criam um espaço de revelação, estabelecendo um vínculo entre eles”. (ARENKT apud BARBOSA, p. 32, 2017).

O conceito de comunicação desenvolvido por Jaspers influência Arendt dentro de sua filosofia política da pluralidade das nações, e a comunicação é o embasamento de uma filosofia que permita a união da humanidade. (BARBOSA, 2017).

Dentro de seu pensamento Arendt receberá a influência de Jaspers dentro da filosofia política no que concerne à existência e a liberdade. Em Jaspers o existir não seria uma forma de ser, mas sim o desabrochar da liberdade humana. (BARBOSA, 2017).

Esta filosofia da existência se divide em dois aspectos – 1) o homem como resultado, algo já dado; 2) a espontaneidade e possibilidade, a liberdade. “Existência, aqui, significa que o homem alcança a realidade apenas à medida que age a partir de sua liberdade radicada na espontaneidade”. (ARENKT apud BARBOSA, p. 34, 2017).

A liberdade que é radicada na espontaneidade diz respeito à dimensão ativa, à ação livre, ou melhor, à liberdade qua ação, ao passo que a espontaneidade que é a radix da liberdade ativa refere-se à dimensão ontológica da liberdade ou à liberdade enquanto possibilidade e potencialidade que é atualizada na ação. (BARBOSA, p. 35, 2017).

Portanto, a espontaneidade de Jaspers embasa o desenvolvimento da filosofia política de Arendt, pois comprehende a liberdade dentro da ação política sendo fundada na liberdade potencial.

3) Immanuel Kant: o “mal radical” como base para a “banalidade do mal”

Para perceber a influência de Kant no pensamento de Hannah Arendt, é necessário observar a questão do conceito do “mal radical”; como Kant analisa o fenômeno do mal para poder perceber de onde Arendt parte para a “banalidade do mal”.

No que concerne à questão do bem, em Immanuel Kant, se nota que o bem é unido intrinsicamente à natureza humana, pois há na natureza humana uma disposição original para o bem, e em contrapartida há uma propensão para o mal. (CUNHA, 2017).

Segundo Cunha (2017), está propensão ao mal é desenvolvida através da liberdade do homem, sendo assim, o mal estaria sobre responsabilidade da

humanidade. Sobre o conceito de mal radical, Kant defende que o mal está ligado diretamente ao exercício da liberdade humana.

Percebe-se com a filosofia kantiana que há no homem um declínio do bem para o mal, porque ele nasce bom e sua liberdade de escolha o leva para o mal. Em seu pensamento, Kant desenvolve três elementos que determinam a liberdade humana e seu caminho rumo ao mal: 1) disposição para a animalidade, 2) disposição para a humanidade e 3) disposição para a personalidade. (CUNHA, 2017, p. 257).

- a) Disposição para a animalidade: é uma disposição que está voltada inteiramente ao homem como ser vivo, ela é instintiva e desprovida de razão, nela o amor que se percebe é egoísta, isto é, um amor de si em prol da autoconservação. Nela se percebe alguns vícios como, por exemplo, a brutalidade humana e a ausência de regras.
- b) Disposição para a humanidade: nesta disposição se percebe uma razão prática, ainda se nota um amor de si, porém comparativo no sentido de obtenção de valores provenientes do outro, por conseguinte gerando os vícios de rivalidade, inveja e ingratidão.
- c) Disposição para a personalidade: é possuidora de uma razão legisladora, tendo em si a determinação própria da liberdade, nela se permite o respeito à lei moral, portanto, não se encontra nela vícios. (CUNHA, 2017).

Para compreender essa propensão ao mal existente no homem, se faz necessário compreender os três diferentes graus desta propensão: “a fragilidade humana, a impureza humana e a malignidade humana”. (CUNHA, 2017, p. 258).

No primeiro grau, é expressada a fraqueza humana, isto é, se conhece a lei, mas não há cumpre pela falta de liberdade; no segundo grau, não há acolhimento perante a lei moral; no terceiro grau, são compreendidos os comportamentos que procuram inverter a lei moral e é aqui onde o ser humano exerce sua propensão para o mal. (CUNHA, 2017).

Este mal no homem é analisado por duas vias: o mal pela falta, que é o negativo a ausência do bem, e o mal pela privação que traz em si uma positividade própria por meio de um princípio verdadeiro. Sendo assim, o mal nasce no homem por meio de uma decisão já presente que se concretizará pelo tempo, pelo fenômeno e pela observação. Por isso, afirma-se:

O ser humano é um ser híbrido, ao mesmo tempo razoável e sensível: enquanto ser razoável, ele é dotado de um poder de escolher a sua própria conduta e de não estar ligado, como os outros animais, a uma única conduta. (KANT apud SOUKI, 2006, p. 22).

O mal, portanto, é o abandono da liberdade, bem como a realização da satisfação pessoal. Afirma Kant: “A história da natureza começa pelo bem, pois é obra de Deus; a história da liberdade começa pelo mal, pois é obra do homem”. (KANT apud SOUKI, 2006, p. 29).

Portanto, a discussão acerca do mal radical deixa claro que o homem livremente escolhe ser mau e também livremente escolhe ser bom, e ele o escolhe, porque essas duas realidades constituem a natureza deste homem. Em Hannah Arendt se perceberá que o homem é mau por não fazer uso de sua liberdade.

2.1 Hannah Arendt: a compreensão da banalidade do mal

Em Hannah Arendt não há intenção de negar o conceito kantiano de “mal radical”, pelo contrário, através dele a autora procura desenvolver uma nova análise do fenômeno do mal, para, assim chegar ao conceito de “banalidade do mal”.

Para compreender o conceito da “banalidade do mal” é necessário mencionar o julgamento de Adolf Eichmann do qual foi desenvolvida a obra “*Eichmann em Jerusalém*”, visando através da “banalidade do mal” compreender o fenômeno do mal.

Para entender o mal em Arendt, torna-se essencial retirar algumas condições paralelas a essa realidade, como por exemplo, o mal diabólico, a maldade que está na essência, a maldade que é inata, a maldade da depravação, a questão da cobiça e as outras paixões ocultas e que estão presente na pessoa, pois se verificará que o mal está ligado de forma direta a falta de profundez das atitudes do ser humano. (ARENKT apud SOUKI, 2006).

No conceito da banalidade do mal, analisa-o não apenas como um fenômeno intrínseco à condição da pessoa, mas que se concretiza na ausência racional do ser humano diante de suas ações. Dessa forma, o mal possui uma condição extrema,

não há uma profundeza condizente com a ação realizada e nem tão pouco é proveniente de uma ação demoníaca. (SOUKI, 2006).

Hannah Arendt pondera que o mal não tem profundeza e não provém do diabo, e essa seria a sua banalidade, a ausência de profundidade banaliza o mal. Para ela, “somente o bem tem profundidade e pode ser radical” (ARENDT apud SOUKI, 2006, p. 99), pois a incerteza do mal e a sua superficialidade presente na ação humana, não torna o mal radical. (SOUKI, 2006).

Quando se fala da banalidade do mal não se menciona a essência do mal, mas a aparência dele enquanto fenômeno, aparência que pode expor como também proteger as ações do homem, ocultando a verdade do mal e seu escândalo.

Segundo Souki (2006), no âmbito da banalidade do mal a análise está voltada mais especificamente para a política, porque visa às ações praticadas pela pessoa. Para entender melhor a realidade do mal, apontar-se-á três fundamentos base para a compreensão da banalidade do mal. Na filosofia arendtiana: a necessidade; a irrealidade; a ausência de pensamento.

- a) A compreensão da necessidade revela que a busca do poder, de exercer determinada função, de ocupar determinado posto, pode levar o homem a aderir a determinado sistema apenas para garantir sua existência, e, nessas condições, o ser humano caminha num sentido de abnegar sua identidade pessoal, sendo assim não se responsabiliza pelas suas atitudes. A pessoa se encontra em um estado em que o seu desejo é apenas de obedecer às regras de forma eficaz e até mesmo fria, tendo de pôr fim a realização das necessidades pessoais ou, no caso de Eichmann, as necessidades políticas de simplesmente matar.
- b) Compreender a irrealidade é observar à própria ignorância humana enquanto distanciamento da realidade, o sistema político condiciona o humano a clichês e frases prontas, códigos de conduta padronizados que, de certa forma, bloqueiam o indivíduo da realidade condicionando ele a vivenciar um mundo irreal. Percebe-se nesse fundamento uma relação com a necessidade, que se dá através de uma submissão que modela a realidade a seu bel-prazer, não importando se está ligado as leis da história ou as leis naturais, mas simplesmente com o intuito de que a realidade se adeque as necessidades individuais.

- c) Ao compreender a ausência de pensamento revela-se a sujeição, o exercício que torna a pessoa incapaz de resistir às necessidades do mundo, aderindo às realidades que o meio político constrói. Nesse sentido, o ser humano apegue-se apenas as ordens, sejam elas quais forem, habitua-se a obediência sem questionar seus fundamentos. (SOUKI, 2006).

A partir desses três fundamentos surge então o nascimento da banalidade do mal, sabendo que ele tem um percurso que passa pela necessidade, depois pela irrealidade e, por fim, pela ausência de pensamento, como afirma Souki: “Podemos considerar, portanto, que a ausência do pensar é uma decorrência dos outros dois pontos, decorrência psicológica ou ideológica da condição política deste homem de massa”. (ARENDT apud SOUKI, 2006, p. 103). Portanto, essas realidades fundamentam “a banalidade do mal”, e assim pode-se mensurar que a compreensão real de Arendt é: o mal está ligado diretamente à incapacidade de pensar do homem diante das suas ações. (SOUKI, 2006)

Hannah Arendt apud Konrad (2014) defende essa teoria depois de participar do julgamento de Eichmann, onde ela perplexa se deparava com um homem que era incapaz de pensar, de transcender suas atitudes, sendo que ele não se considerava responsável pelas mortes, mas procurava exaltar sua lealdade e obediência às normas e leis do regime vigente.

No entanto, o ato de pensar, segundo Konrad (2014), não seria apenas o conhecimento do mal, mas a capacidade de distinguir o bem do mal, porque é o pensar que proporciona ao homem a consciência, gera autonomia e, portanto, a liberdade, a dignidade e o protagonismo em suas aptidões e escolhas pessoais.

Para Arendt, o mal é a ausência de pensamento e a sua banalidade acontece quando o agir não é filtrado pelo crivo da razão, e assim, não se posiciona de forma empática por não conseguir medir a consequência de seu ato para com o outro. Com essa ausência não se tem mais criticidade e autonomia e o humano passa a ser supérfluo, sem valor e desumano. (KONRAD, 2014).

Pondera-se: “o ato de pensar proporciona ao ser humano a capacidade de refletir sobre suas atitudes e suas consequências morais, gera discussões entre si e o outro, podendo, assim, prevenir o mal” (KONRAD, 2014, p. 58). Para Hannah Arendt, o mal é como um fungo que se expande na sociedade, principalmente

àqueles que não possuem a condição de pensar criticamente ou são incapazes de deferir significado aos seus próprios atos. (KONRAD, 2014).

Nesse aspecto, será que o mal estaria ligado a inteligência humana? Segundo (RIBEIRO, 2010) a inteligência poderia ou não estar ligada ao mal, e a ausência da capacidade de pensar em momento de estupidez, não raro para pessoas inteligentes, seria capaz de proporcionar o mal, um momento de opacidade entre a racionalidade e a irracionalidade, um vácuo que distâncie o homem da solidariedade, da bondade e o torna insensível e responsável pelos terrores gerados pelo mal.

É por conta desta ausência de pensamento que Arendt desenvolve o conceito de banalidade do mal, a opacidade dos atos que geram morte, violência e terror, tornam-se algo do cotidiano e praticamente natural e nisso se contempla a banalidade; se em Kant o mal é causado pelo uso da liberdade, em Arendt o não uso da liberdade causa o mal. (RIBEIRO, 2010).

O mal fere a dignidade humana, é uma forma do ser humano lutar pela sobrevivência de si, sem pensar no outro, sendo extremamente um ato egoísta. Por isso, Hannah Arendt insiste em dizer que o mal revela a incapacidade humana de pensar e sua mediocridade enquanto ser. Nisso, nota-se a presença do mal em todo o mundo, em toda pessoa, tentar ir além dele é o que se pode chamar de moral. Pode-se afirmar: “o mal ou sua banalização, seria então proveniente de uma fuga de sua compreensão conceitual pela ausência do pensamento”. (RIBEIRO, 2010, p. 63).

Na busca da compreensão do mal em Arendt, se percebe que o mal para a autora não seria radical, somente o “bem” é, por ele obter profundidade. Para a filósofa, radical significa ser profundo, ter conteúdo; em contrapartida, tem-se o mal que é superficial, causado pela ausência do pensar e quando o mal ocupa esse espaço de superficialidade ele se torna banal e corriqueiro. (RIBEIRO, 2010).

Sem dúvida, minha opinião atual é que o mal jamais é “radical”, que ele é apenas extremo, e que ele não possui nem profundidade nem dimensão demoníaca. Ele pode crescer excessivamente e devastar todo o mundo precisamente porque ele se espalha como um fungo, na superfície. Ele é “desafiador ao pensamento”, como eu disse, porque o pensamento tenta alcançar alguma profundidade, descer às raízes, mas no momento em se ocupa com o mal fica frustrado, porque não há nada. Essa é sua “banalidade”. (ARENDT apud FRY, 2010, p. 50).

O mal não é causado por forças demoníacas, mas sim pela ausência de pensamento, pela obediência cega, pela simples execução de qualquer tipo de regra sem questionar seus conteúdos e seu objetivo, também se pode dizer que a transição do bem para o mal se encontra de forma efetiva naquela opacidade racional citada acima, é neste momento da ausência de pensamento que se causa o mal e não o bem. Portanto, compreender o mal na filosofia arendtiana significa entender todo esse processo racional e que a banalidade do mal está na ausência desta mesma ação de pensar.

2.2 O vazio de pensamento e a banalidade do mal: a violência como consequência do mal.

É importante mensurar que esse conceito do “vazio de pensamento” não aparece de forma explícita nas obras de Arendt, mas ocupa um espaço que se expressa dentro de outros conceitos como, por exemplo, “ausência de pensamento”, “superficialidade”, “irreflexão” sempre ligado à reflexão do fenômeno do mal dentro do conceito da “banalidade do mal”. (SOUKI, 2006). “Além disso, como um vazio, um negativo, ele não é definido por si, mas a partir de seu positivo: o pensar”. (SOUKI, 2006, p. 119).

Para entender esse conceito é necessário olhar para duas vertentes: o senso comum e a ideologia do movimento.

O movimento totalitário procurou expurgar o senso comum, tirando o valor que lhe é devido, nele a pessoa é isolada perdendo seu sentido de realidade e sua capacidade de julgar, pois apenas a palavra do superior é verdadeira e sem mentiras. “Em suma, o objetivo do movimento totalitário é eliminar a capacidade de distinguir a verdade da falsidade, a realidade da ficção, ou seja, abolir a capacidade de ‘sentir em comum e pensar por si mesmo’”. (SOUKI, 2006, p. 122).

Diante dessa escuridão proporcionada pelo totalitarismo é que se apresenta o senso comum como a chave de acesso à realidade. Segundo Souki (2006) sem esse olhar voltado para a realidade o real se torna ficção, cria-se um espaço de credicice onde tudo é possível.

A ausência do senso comum revela a alienação da humanidade, por conseguinte, pode-se afirmar: “se o senso comum é o ponto de partida para a realização do pensamento, a sua eliminação já traz, de início, a impossibilidade do

pensar". (SOUKI, 2006, p. 123). Portanto, ele é a partida e a chegada do pensamento, dando assim ao mundo sentido e significado.

Finalmente, podemos dizer que é através da desvalorização do senso comum (o senso do real) – estimulada pela propaganda totalitária e possibilitada pela condição de isolamento do homem de massa – que o “vazio de pensamento” se torna uma realidade. (SOUKI, 2006, p. 123).

De certa forma a perda do senso comum dá acesso ao “vazio de pensamento”, dando ao homem a condição de se manter na irrealidade. Dentro dessas vertentes o totalitarismo é uma ideologia onde tudo é possível.

Segundo Souki (2006), a compreensão do “vazio de pensamento”, pode-se afirmar que o pensar, que o construir reflexão são fatores importantíssimos para gerar na pessoa uma condição básica para enfrentar o mal. É o pensar que permite o homem desenvolver sua autonomia, sendo possível desenvolver posições de contradições diante das ideologias.

O passo a ser dado é de não suportar o mal, sendo necessário entender os reais comportamentos que envolviam os oficiais ou criminosos após a adesão ao regime totalitário.

Observa-se que em Eichmann a falha se encontra de forma categórica na sua incapacidade de se distanciar do regime e das exigências que lhe eram cobradas, ou seja, “seus atos criminosos decorrem de sua obediência cega; sua obediência, por sua vez, decorre de seu fracasso de pensar”. (RAMOS, 2017, p. 76). Neste aspecto para não suportar o mal é imprescindível entender que:

O mal não tem raízes – ele não tem fundamentos ideológicos ou motivos fortes, ele não é perpetrado por monstros, mas sim por tipos simples e comuns, ele não convulsiona em nada a sensibilidade e a inteligência do agente. O mal acontece na superfície de comportamentos diários e corriqueiros. (RAMOS, 2017, p. 78).

A partir disso para não suportar o mal é essencial o exercício do pensamento, pois esse permite o diálogo interior entre si consigo mesmo, possibilitando assim o ato de pensar, e pensando em si, coloca-se no lugar do outro e, portanto, acaba facilitando esse processo de não suportar o mal. Porém, quando se percebe que o exercício que está sendo realizado é o de não pensar, mais sim de simplesmente obedecer como forma de evitar o diálogo, estar-se-á contemplando o não suportar mais o suportar o mal. Realizar o esforço de não suportar esse mal, auxilia no

retorno à dignidade humana uma vez que essa fora retirada pelo regime totalitarista. (RAMOS, 2017).

Nesse sentido, um percurso de integração deste mal se faz necessário, pois o totalitarismo gerou formas de vida que apenas suportava o mal; a integração da pessoa de forma verdadeira e livre revelará a sua dignidade e proporcionará a condição de não suportar o mal, mais também o esforço de ir além do mal.

Compreender outra forma de não suportar esse mal é realizando o exercício de integrá-lo, segundo Cencini (2009), quando o ser humano se encontra diante do mal é natural que haja certo repúdio e até mesmo certa censura, pois quando se está diante deste mal, à percepção que se tem são de ser um justo sem esperança, acusados sem auxílio ou até mesmo juízes sem piedade, assim era a postura dos agentes e a condição de quem estava sob a execução deste mal. Para realizar essa integração do mal como forma de não o suportar, afirma Cencini:

Integração do mal... Mediante os dois clássicos movimentos de integração... O centrífugo e o centrípeto, de um centro que se irradia e se estende à realidade, submetendo-a ao julgamento da verdade. E também de um centro que atrai para si, transformando aquela realidade e, de qualquer forma, tornando-a semelhante a si. (CENCINI, 2009, p. 286).

Cencini contribui nesse aspecto, pois a integração do mal seria uma via de não suportar o mal causado pelo nazismo como mencionado, para Arendt o mal é causado pela falta de pensamento e pela dificuldade de ter um olhar voltado a si, dessa forma integrá-lo através do ato de pensar, evitaria as barbáries causadas pelo totalitarismo.

Compreender a banalidade do mal é entender que esse mal se banaliza pelo não uso da liberdade. Entender o que Cencini acrescenta é o mesmo que dizer: a integração deste mal é o resgatar da liberdade consciente e responsável do ser humano diante de seus atos, pois com a integração desenvolve relação com o outro, possibilitando assim o impedimento do mal catastrófico que destrói a vida.

E assim pode-se analisar a violência como o oposto à liberdade, pois a violência é usada pelos totalitaristas para a coação do povo, e ela quebra o intuito da política pluralista do senso comum. (FRY, 2010). A violência exerce um poder de silenciamento das opiniões, procura atingir seus objetivos através da força.

Uma vez introduzida a violência, dor e sofrimento espalham-se em níveis que não podem ser enfrentados ou controlados e, portanto, quaisquer

objetivos de longo prazo, buscados por meio do uso da violência, tornam-se, na melhor das hipóteses, instáveis. (FRY, 2010, p. 98).

Segundo Fry (2010), a violência não seria o melhor meio de se desenvolver o diálogo político, no entanto ela pode até gerar mudanças ao mundo, pois toda ação exerce mudança, porém no caso da violência gera-se um mundo violento.

Em Hannah Arendt governos tirânicos precisam de poder, desenvolvem-se através de uma ação conjunta e harmônica, e que se faz necessário o uso da força – violência para alcançar a obediência. (FRY, 2010).

No entanto, a violência tem o objetivo de fornecer poder, mas sua forma não é muito eficaz como se percebe no verdadeiro poder que é exercido pela liberdade, pois o verdadeiro poder destrói a violência e a violência destrói o poder, porque para Arendt poder e violência são duas coisas distintas. (FRY, 2010). Afirma-se:

Arendt acredita que o poder e a violência são opostos porque, em um estado guiado pelo poder, a violência está ausente, porquanto desnecessária; ao passo que, em um estado violento, o poder está ausente e não pode ser gerado à força. (ARENDT apud FRY, 2010, p. 100).

Por conseguinte, se a violência é o verso do poder ela é uma ação que extirpa a liberdade e o poder procura exercer a liberdade. Nesse sentido, a violência pode ser vista como uma consequência da “banalidade do mal”, pois como o mal é o cerceamento da liberdade; esta violência é a expressão clara do fenômeno do mal e da sua banalidade.

3 O TOTALITARISMO E OS COLAPSOS MORAIS: O DESENVOLVIMENTO MORAL E A VIDA DO ESPÍRITO COMO A VIVÊNCIA DA MORAL

Para se ter uma compreensão do totalitarismo como contribuinte para os colapsos morais, é pertinente um olhar minucioso para todo o processo da ideologia nazista, que foi a maior expressão das consequências do totalitarismo, para poder perceber os colapsos morais causado na época. “A ideologia nazista se manifestava como uma seita religiosa. A eliminação do inferno religioso invertia os mandamentos e valores morais entendidos pela sociedade”. (RIBEIRO, 2010, p. 65).

O totalitarismo enquanto regime se apresentava de forma imoral, mas para aqueles que o executaram o tinham como via de mundo melhor, pois se conseguia dentro daquele sistema a realização da busca de poder e por isso se ousava dizer que o pensamento nazista era lógico e até mesmo moral. (RIBEIRO, 2010).

Para Arendt, a moralidade do totalitarismo era observada de forma implícita, sendo as ações desse regime percebidas no externo pelo holocausto, as mortes e os campos de concentração. Essas são as expressões de um estado totalitário sedento do poder. (RIBEIRO, 2010). Afirma-se:

Antes de ser um regime de governo, ou um regime político violento e despótico, o totalitarismo teve em sua origem uma grande demonstração de falta de humanismo ou de decadência evolutiva, no sentido da irracionalidade e ausência de compaixão humana. (RIBEIRO, 2010, p. 66).

Por isso, mesmo que o regime totalitário tivesse sua moralidade implícita, sua irracionalidade acabou por deixar ausente a moralidade, pois se nota uma loucura dos nazistas no que concerne à sobrevivência do povo alemão que era tido como a grande prioridade. Arendt apud Ribeiro (2010) deixa claro que o totalitarismo só teve sua ascensão porque a questão do descarte humano se tornou possível dentro do campo jurídico, moral e físico.

Os seres humanos que eram considerados pessoas descartáveis eram simplesmente sacrificadas; neste contexto o regime totalitário assume uma visibilidade e presença para a construção de um mundo aos seus moldes e sugestões, para Arendt compreender essa realidade da descartabilidade é o mesmo de contemplar a deformação da moralidade do totalitarismo. (RIBEIRO, 2010).

Essa realidade da descartabilidade engendra no homem um esvaziamento de sua integridade vivendo assim uma vida como se a moral estivesse ausente, ou

seja, o indivíduo procurava realizar o cumprimento de suas responsabilidades essenciais para garantir sua sobrevivência diante da sociedade totalitária, (RIBEIRO, 2010), o ser humano, “convivia com os preceitos nazistas e nos períodos de solidão se refugiava em outra verdade, que adquiria um peso do juízo moral da traição da consciência, necessária, para a convivência com o regime.” (RIBEIRO, 2010, p. 70).

Segundo Arendt apud Ribeiro (2010), política e mundo espiritual são diferentes e não se pode haver uma interferência entre um e outro, afirma-se isso porque o regime totalitário assumia uma postura de seita religiosa, pois se inseria na sociedade de forma questionadora diante das estruturas religiosas e dos valores já desenvolvidos pela humanidade, convertendo os juízos morais que já eram enraizados pela tradição dentro da consciência de determinada sociedade. E assim acredita-se que:

Alemanha de Hitler inverteu o mandamento “não matarás”, e provou que não encontrava nenhuma resistência por parte de consciência formada na tradição ocidental, quando “a ideologia nazista inverteu o funcionamento dessa consciência como se fosse um simples mecanismo para indicar se alguém está ou não de acordo com a sociedade e suas crenças”. A eliminação do inferno religioso com a criação do inferno artificial transformou o que restava do elemento religioso na política. Arendt afirma que os atos dos regimes totalitários não podem ser impedidos mesmo que o mundo volte a ter uma autenticidade na fé, ou que haja uma profundidade nos valores morais, pois o medo do inferno já não existe. (ARENKT apud RIBEIRO, 2010, p. 71).

Ao buscar compreender o problema da moral que os cidadãos alemães vivenciaram, não se procura enaltecer a questão do medo terrível e ameaçador gerado na época, mas em Arendt o que se questiona são os desejos primitivos de não se excluir do desenvolvimento da história cultural. Arendt procura mensurar quantas relações entre o outro ao longo de uma vida foi perdida, apenas pelo fato de admirar-se com o sucesso nazista aderindo-se a ele, pela incapacidade de expressão da opinião própria e por não haver uma oposição diante do veredito apresentado pelo regime na história. (RIBEIRO, 2010).

Segundo Ribeiro (2010), a falta de criticidade e de compreensão é que possibilita perceber os colapsos morais diante do juízo pessoal de cada ser humano. Essa falta de julgamento e percepção das pessoas diante da realidade os ausenta da responsabilidade diante do colapso vivenciado pela sociedade durante a execução do totalitarismo nazista e, por conseguinte, a guerra.

Assim sendo, mesmo que haja uma moral que esteja voltada para a defesa da vida que declara “não matarás”, o totalitarismo realizou uma inversão do princípio ético “não matarás” para o ato de “matar”, que se apresentava dentro de valores de certo e errado que pertencem a essência humana, afirma Ribeiro (2010, p. 72): “houve outro entendimento moral ou outro regramento de normas e valores de uma sociedade: uma moralidade criminosa, sem escrúpulos”.

Arendt, em sua compreensão acredita que houve uma banalização do certo e errado, até aquele determinado momento tinha-se a ideia de que os costumes eram evidentes, estáveis e fundamentais, a partir, de uma lei original que dava significado aos costumes e aos valores morais. No entanto, o nazismo deixou evidente que esses costumes e valores poderiam ser alterados a qualquer momento, tanto para o bem como para o mal, pois se passou de um mal aterrorizante, para uma normalidade após a guerra. (RIBEIRO, 2010).

Porém, não se percebe uma preocupação com a inversão dos valores, as atitudes não permitiram que o homem percebesse que se colocou em perigo a vida e a sobrevivência da humanidade, pois a vida não foi naquele momento considerada o bem mais precioso. (RIBEIRO, 2010).

A moralidade dos crimes nazistas ou suas normas de valores, não surgiram somente com criminosos não menos inteligentes do que Hitler, mas que o desmoronamento da moralidade se transformou em costumes a serem trocados também pelas pessoas comuns. (RIBEIRO, 2010, p. 73).

Compreende-se que pessoas comuns também trocaram seus costumes e valores sem nenhuma dificuldade, pois a moralidade nazista interferiu na vivência dos mesmos priorizando aquelas normativas como a moralidade daquele contexto. Os indivíduos realizaram uma mudança muito rápida diante dos momentos de colapsos, pós-guerra e durante a guerra.

No entanto, não havia no homem um desejo de realizar o mal, por isso, Arendt acredita que havia uma contradição interna no ser humano, pois havia na realidade uma autoenganação a ponto de manter-se na mentira para suportar o desprezo que se tinha de si mesmo por conta das atrocidades, durante o totalitarismo (RIBEIRO, 2010), acredita-se que: “todos os preceitos e crenças morais ficaram a parte durante o período, chamado por ela de “colapso moral””. (RIBEIRO, 2010, p. 73).

Segundo Arendt, olhar para essa realidade do colapso moral na visão religiosa se compreenderá, que realizar o mal ou o bem é um ato que está ligado diretamente na dimensão de relação com o outro, isto é, um ausentar de si para que o outro viva, por isso que se afirmar: “o pecado seria uma desobediência divina e o bem seria uma decisão humana”. (RIBEIRO, 2010, p. 74).

É dentro desta visão religiosa que escandalizam os atos realizados pelo nazismo, pois não se tinha um peso de consciência e muito menos uma obrigatoriedade diante da moral, porque aquilo que era praticado era naquela realidade a melhor coisa a ser feita.

Pode-se dizer que a questão da moral, mais que ser uma condição de obediência às leis ou a preceitos religiosos, está ligada diretamente à realidade da consciência. Afirma Arendt: “as leis sejam, dos próprios homens, ou a lei de Deus, não determinará o comportamento moral”. (ARENDT apud RIBEIRO, 2010, p. 75).

A pessoa gerou os colapsos morais, por conta da ausência de sua consciência diante dos atos, porém essa falta de consciência é gerada pelas influências que o indivíduo recebe externamente de si, se deixando conduzir, pois eram realidades apetitosas aos seus desejos, no entanto, por se deixar guiar pelos desejos o homem acaba por perder a sua liberdade, não sendo a partir disso um agente livre e consciente de seus atos, pois a liberdade está ligada as atitudes morais.

Essa liberdade, então, estando vinculada à lei moral, que não tem necessidade nem obediência externa, também não tem essa inclinação. Essa lei ligada à vontade tem como pressuposto que não se pode ser livre e mau ao mesmo tempo. A maldade, então, vinculada a inclinação externa, é um absurdo moral. (ARENDT apud RIBEIRO, 2010, p. 77).

O retorno à liberdade se desenvolve através de um processo silencioso chamado de autoconsciência, é um exercício de silêncio para poder atingir de forma singular o íntimo do indivíduo acessando assim a propriedade da moralidade por meio de uma decisão interior consigo mesmo. E assim Arendt afirmará que o colapso moral é a expressão do fracasso da humanidade. (RIBEIRO, 2010).

O fracasso humano e o colapso moral, que ocorreu na humanidade com o totalitarismo, estavam no rompimento da tradição do pensamento moral. A ausência de uma única definição sobre o certo e o errado, que a filosofia e a religião permitiram, levou o ser humano a agir conforme sua vontade, principalmente em momentos de crise. (KOHN apud RIBEIRO, 2010, p. 80).

Diante dessa realidade do fracasso moral, a pessoa através do pensamento pode-se perguntar: qual seria o passo para o ser humano tornar-se livre? Segundo Arendt, a vontade e o julgamento são as duas principais bases para uma decisão livre mediante as ações do mesmo homem. (RIBEIRO, 2010). Por meio dessas bases afirma-se:

O pensamento livre que julga os fatos e as ações ligados à liberdade de escolha da vontade e sua correspondente experiência, encontram uma ausência de autoridade e preceitos morais únicos, os quais a contingência da liberdade nos leva a crises humanas. (RIBEIRO, 2010, p. 82).

Essa realidade insere o ser humano de forma efetiva dentro de suas decisões sendo ele responsável por elas, por sua vontade e pela sua liberdade sejam elas guiadas pela razão ou pelos seus desejos. (RIBEIRO, 2010).

Portanto, é evidente que o totalitarismo foi uma grande expressão do colapso moral vivenciado pela humanidade, pois a barbárie já não é mais a falta de consciência ou de responsabilidade das consequências dos atos, mas sim a maldade e a ignorância dos indivíduos em reconhecer as realidades éticas e morais. A ausência de um padrão ético e moral influenciaram na forma inadequada de julgar as ações humanas (VAZ, 2011), afirma-se: “a moral entrara em colapso quando estes padrões se mostraram ineficientes enquanto bússola da ação”. (VAZ, 2011, p. 27).

Compreende-se que não havia um respeito pela ética e pela moral, eram tidas como amontoado de costumes e hábitos ultrapassados, e assim, toda a realidade de sofrimento e de colapso era tido pelo regime totalitário como uma forma de amenização do sofrimento alheio e assim se percebe o maior absurdo relatado pelos agentes do nazismo: “crimes “tive” que cometer ao invés de crimes “cometi””, (VAZ, 2011, p. 31).

Percebe-se, um certo silêncio da sociedade que permitia o crescimento do nazismo e das crueldades realizadas pelo regime, que por consequência dessa omissão se fortalecia ainda mais o fracasso da moral do homem. (ANDRADE, 2010).

Dessa forma, o totalitarismo é a mais pura visão dos colapsos morais e é a revelação das atrocidades que o homem é capaz de realizar, pelo mau uso de sua liberdade, pela busca do poder, pela realização de seus desejos e pela ausência de consciência e responsabilidade de seus atos.

3.1 A condição humana como via do desenvolvimento moral

Em sua obra “a condição humana” Hannah Arendt procura fazer uma análise da pluralidade humana, procurando evidenciar o respeito a qualquer pessoa não apenas por conta de suas atividades e contribuições para o desenvolvimento social, mas por ser pessoa. (ARENKT, 2007).

A história possibilita notar que a ação é um fator importante para o desenvolvimento humano, pois expressa o empenho do homem pela sua sobrevivência diante das condições da própria existência humana. “A própria vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade e a pluralidade”, (ARENKT, 2007, p. 19), expressão que revela a luta do homem pelo seu desenvolvimento moral.

No entanto, essas várias formas que contribuem para o desenvolvimento da pessoa de forma ativa na sua vida acabaram por separar a “pessoa do pensar” da “pessoa da ação”. (ARENKT, 2007).

Sendo assim, tentar-se-á mensurar aspectos que Arendt acredita ser importante para que se compreenda o desenvolvimento do ser humano enquanto agente ativo de sua vida e assim responsável por suas ações sociais; a natureza humana: é próprio da natureza humana a condição de observação, sendo esta responsável de distanciar o homem de atitudes e escolhas mundanas, deixando-o assim envolvido pelas realidades que o constituem; o processo de mudança: é o que possibilita uma certa estabilidade ao mundo, por meio de eventos que permitem a execução da mudança mediante a realidade da vida. (ARENKT, 2007).

Esses dois aspectos, da natureza humana e o do processo de mudança exercem uma considerada força para todo o processo de desenvolvimento vivido pela pessoa no mundo moderno.

Um critério importante para o desenvolvimento da pessoa foi a expansão do capitalismo que revelou um novo homem a sociedade, aquele que se preocupa com a satisfação de seu ego se opondo assim à pessoa e à alma. (ARENKT, 2007).

Nesse sentido, o capitalismo assim como o totalitarismo permite perceber as ações mundanas do ser humano, nesse contexto a única preocupação da pessoa é alimentar o ego, alienando-se diante das relações com o mundo. (ARENKT, 2007).

Esse olhar capitalista influenciou diretamente o homem, por isso, Arendt afirma: “infiltrou-se por toda a sociedade e deu início a um fluxo constantemente crescente de riqueza”. (ARENKT, 2007, p. 267).

Essa busca por riquezas trouxe algumas consequências para a própria sociedade que em Arendt (2007), é analisado por estágios que caracterizam uma alienação vivenciada pelo homem neste contexto; no primeiro estágio essa alienação é observada diante de uma crueldade gerando miséria e pobreza e no segundo estágio a sociedade procura participar de classes sendo assim o sujeito principal ocupando o lugar da família. Afirma-se:

O processo de alienação do mundo, desencadeado pela expropriação e caracterizado por um crescimento cada vez maior da riqueza, pode assumir proporções ainda mais radicais somente se lhe for permitido seguir a lei que lhe é inerente. (ARENKT, 2007, p. 269).

Todo esse processo de alienação da pessoa auxiliou para as mudanças vivenciadas no mundo, como por exemplo, o capitalismo que abriu o mundo ao curso de outros eventos e o totalitarismo que interferiu no processo da pessoa em si e da sociedade. (ARENKT, 2007). E dentro desta realidade o ser humano conquista a tão sonhada liberdade, pois ele realiza um salto da dimensão universal de uma natureza coletiva, para uma dimensão pessoal de uma natureza própria. No entanto essa liberdade fora confundida, pois está voltada apenas para as realidades do ego e, assim, o ser humano acessa as capacidades de crueldade existente em seu ser.

O ser humano é capaz de criar um poder de profunda destruição, que destrói a própria vida, a vida do outro e do mundo enquanto matéria. (ARENKT, 2007). Toda essa realidade revela que a humanidade tem condições de gerar e manusear as leis, no entanto, isso não significa que ela comprehenda toda essa força existente nas leis universais do mundo.

E assim chega-se em outro aspecto da filosofia de Arendt que permite tocar a realidade do desenvolvimento humano, que é a perca do senso comum que está ligado diretamente à condição humana. (ARENKT, 2007).

A perda do senso comum acontece por meio de uma reação humana que é a introspecção, que revela o não cuidado com o outro, mas o cuidado apenas de si mesmo. No entanto, o senso comum é a realidade onde as sensações pessoais são comparadas e ajustadas ao mundo num todo. (ARENKT, 2007). Assim, afirma Arendt: “Senso comum; trata-se do jogo da mente consigo mesma, jogo este que ocorre quando a mente se fecha contra toda realidade e sente somente a si própria”. (ARENKT, 2007, p. 296).

Mediante essa realidade do senso comum, olha-se para a atividade do pensar e do agir da pessoa diante do que ela entende de mundo. Pois, para obter a verdade e atingir o conhecimento a humanidade precisou realizar as verificações necessárias através do pensamento e pensando teve que exercer a ação diante da verdade e do conhecimento. (ARENDT, 2007). E nesse processo houve mudanças necessárias para se obter o conhecimento, como afirma Arendt:

A mudança do “por que” e do “o que” para o “como” implica que os verdadeiros objetos do conhecimento já não são coisas ou movimentos eternos, mas processos, e, portanto, o objeto da ciência já não é a natureza ou o universo, mas a história – a história de como vieram a existir a natureza, a vida ou o universo. (ARENDT, 2007, p. 309).

Assim entende-se que o desenvolvimento moral da pessoa passou por vários estágios para que se chegasse àquele que realmente é essencial, isto é, o conhecimento se aplica através da história, pois a história pode determinar o processo do desenvolvimento humano. (ARENDT, 2007).

Compreendendo essa realidade da história, percebe-se que ela ajudou o ser humano há perceber algo que é muito valioso, a “vida” é o maior bem da pessoa, e todo o percurso da humanidade mostrou de várias formas que a relação social com o outro e as ações egoístas, podem elucidar o valor da vida que perdura até este momento. (ARENDT, 2007).

Toda essa valorização da vida é percebida pelo ser humano graças à capacidade que a pessoa tem de pensar diante de suas ações, no entanto como já visto essa falta de pensar gerou catástrofes sociais; o capitalismo trouxe o egoísmo e a busca por riquezas fechando o homem a si mesmo; o totalitarismo trouxe a残酷 fixando o homem a regras que geravam mortes por um “bem maior”.

Todo esse processo fez Arendt perceber que os valores morais dentro da evolução da pessoa podem muito facilmente ser trocados, pois o ser humano em seu desenvolvimento fora buscando novos valores que evidenciasse as necessidades que cada um procurava sanar. Por isso afirma Arendt: “a verdadeira questão moral não surgiu com o comportamento dos nazistas, mas daqueles que apenas se ‘organizaram’ e não agiram por convicção”. (ARENDT apud FERNANDES, 2019, p. 152). Afirma-se:

Entende, também, que a maioria das proposições morais até então formuladas, seja pela filosofia moral ou pela religião, estão voltadas para o

eu (*self*), como: ‘Ama o teu próximo como a ti mesmo’, ‘Não faça aos outros o que não queres que façam a ti’, e, finalmente, a famosa fórmula de Kant: ‘Aja de tal maneira que a máxima da sua ação possa se tornar uma lei geral para todos os seres inteligíveis’. (ARENDT apud FERNANDES, 2019, p. 153).

Essa afirmação de Arendt consegue apresentar que dentro de todo o processo da condição humana, a pessoa tem a condição de realizar as escolhas morais que deseja praticar. Por isso, fica evidente no pensamento de Arendt que em seu desenvolvimento o ser humano desenvolve em um primeiro momento a relação consigo mesmo, para depois poder perceber as formas de aplicar a relação com a sociedade num todo – matéria e pessoa. Portanto, “o comportamento do indivíduo para com os outros é efetivamente dependente de seu comportamento para consigo mesmo”. (FERNANDES, 2019, p. 155).

A condição humana é determinante para o desenvolvimento moral, pois toda essa relação de diálogo se faz mediante uma ligação com a memória do indivíduo, sendo esta memória importante para ajudar o homem a passar por momentos ruins bem como de não permitir que ele pratique tais atos. No que tange a questão moral, é uma realidade que se faz presente na pessoalidade de cada ser, por isso, que ordens impostas não fazem parte do desenvolvimento moral, pois não se respeita a singularidade de cada ser humano e sua liberdade. (FERNANDES, 2019).

Para melhor corroborar nesse entendimento da condição humana e do desenvolvimento moral, utiliza-se autores contemporâneos que auxiliam a compreensão do pensamento de Hannah Arendt:

Em Lonergan apud Santos (2018), o termo usado para exemplificar essa realidade do desenvolvimento moral é o de “autotranscedência moral” que seria o momento que a pessoa procura obter o conhecimento do que realmente é verdadeiro, verdade está que se encontra além de suas realizações particulares. Essas realidades dos interesses pessoais se entrelaçam com o pensamento de Arendt, pois o desenvolvimento moral se expande no momento que sai de si e se dirige ao outro. Afirma-se: “A estrutura da personalidade responsável pela ação moral é denominada superego, que é apresentado como o representante interior dos valores tradicionais e dos ideais da sociedade”. (SANTOS, 2018, p. 47).

Segundo Kohlberg apud Santos (2018), o processo de desenvolvimento moral não é apenas o aprendizado de normas sociais, mas sim um processo que se dá mediante estágios que se aplicam diante da evolução do próprio homem. Afirma-se:

“enquanto motivos e afetos estão envolvidos no desenvolvimento social, seu desenvolvimento está largamente mediado por mudanças no padrão de pensamento”. (KOHLBERG apud SANTOS, 2018, p. 78).

Kohlberg divide esse processo em três níveis; 1. Nível pré-convencional: neste nível o valor da moral é percebido diante dos acontecimentos externos, revela as realidades egocêntricas do ser humano e o objetivo central é a realização das próprias necessidades; 2. Nível convencional: aqui o valor moral está envolto do cumprimento de funções, se nota um desejo real de ajuda ao outro e de manutenção da ordem social, a opinião do outro é de extrema importância; 3. Nível pós-convencional, autônomo ou de princípio: o valor moral é percebido mediante o respeito às regras diante de uma relação conjunta, procura evitar o rompimento da vontade pessoal e respeitar o direito do todo e ainda procura evidenciar que a verdadeira realização de normas se encontra na consciência, na confiança e no respeito mútuo. (SANTOS, 2018).

As contribuições de Kohlberg e Lonergan elucidam uma compreensão do pensamento de Arendt referente ao desenvolvimento moral respeitando a pessoa em sua condição humana.

Conclui-se assim, que esse processo de Arendt do desenvolvimento moral da humanidade, toda a história revelada, elucida, que mesmo em períodos específicos da vida a moral tenha sido deturpada, perdura-se a luta pela vivência da moral como valor principal, sendo ela o bem maior expressada pela defesa da vida.

3.2 A vida do espírito como a esperança para a vivência da moral

Realizar uma compreensão da vida do espírito é fixar o olhar sobre três atividades que Arendt acredita que pertença aos exercícios espirituais: o pensar, o querer e o julgar. São atividades distintas uma da outra, mesmo que haja algumas características parecidas, não podem ser inseridas dentro de uma regra comum. (ARENDT, 2000)

A vida do espírito é desenvolvida mediante dois aspectos; a construção espiritual, que é um olhar voltado para o todo; a experiência do sensível, sendo a realidade particular de cada pessoa. Esses dois aspectos são percebidos pelo ser humano por meio de uma faculdade, o “juízo”. (ARENDT, 2000). Afirma-se:

A natureza autônoma do juízo é ainda mais óbvia no caso do “juízo reflexivo”, que não desce do geral para o particular, mas vai “do particular... até o universal”, quando determina, sem qualquer regra geral, que “isto é belo”, “isto é feio”, “isto é certo”, “isto é errado”; e, aqui, por um princípio direto, o julgar “só pode adaptar-se como uma lei de si mesmo e para si mesmo. (ARENDT, 2000, p. 55).

Essas realidades do espírito de pensar, querer e julgar são percebidas no desenvolvimento da vida no mundo. Arendt acredita que essas ações fornecem o discernimento para a vida do espírito. Essa atividade espiritual tem por principal característica a discrição. (ARENDT, 2000)

Em outras palavras Arendt acredita que a alma é diferente do espírito; a alma é onde aparecem as paixões, anseios e emoções nela se encontra o caos que não pode ser controlado de forma ativa pelo ser humano e por isso existe o sofrimento, a dor e o prazer; o espírito de forma bem diferente é a expressão das atividades que podem ser começadas ou bloqueadas mediante a vontade da pessoa. (ARENDT, 2000). A única ressalva para a vida do espírito é o “alheamento”, complementa Arendt: “uma óbvia desatenção em relação ao mundo que nos cerca, algo de inteiramente negativo que sequer chega a sugerir o que está de fato se passando internamente”. (ARENDT, 2000, p. 57).

Viver a vida do espírito é desenvolver em primeiro lugar um relacionamento consigo mesmo, onde se exercita a consciência para realizar a redução da pluralidade para caminhar rumo a dualidade interior, ou seja, “uma dualidade inerente à consciência; o agente espiritual só pode ser ativo agindo implícita ou explicitamente sobre si mesmo”, (ARENDT, 2000, p. 59).

Portanto, é a consciência que auxilia o ser humano nesse exercício de estar consigo mesmo para posteriormente assegurar a experiência e o desenvolvimento da história de toda uma vida. E mesmo que a proposta seja de estar em silêncio consigo mesmo a vida do espírito não é silenciosa, pois ela não se esquece de si e da natural reflexão realizada das ações. Só se tem consciência da faculdade do espírito quando a reflexão se permeia da atividade. (ARENDT, 2000).

A vida do espírito tem um dom em particular seu que é de fazer visível o que está invisível, (ARENDT, 2000), pode-se perceber esse exercício no que tange o totalitarismo, após um período de sofrimento a pessoa obteve controle da consciência e o espírito mostrou as atrocidades que estavam ausentes ao seu

pensamento, a reflexão consciente fez com que a humanidade lutasse pela liberdade. Essa é mais bela faculdade do espírito, como afirma Arendt:

A faculdade do espírito ter presente o que está ausente naturalmente não é restrita às imagens espirituais de objetos ausentes; a memória quase sempre guarda e mantém à disposição da lembrança tudo o que não é mais; e a vontade antecipa o que o futuro poderá trazer, mas que ainda não é. Somente pela capacidade de o espírito tornar presente o que está ausente é que podemos dizer “não mais”, e constituir um passado para nós mesmos, ou dizer “ainda não”, e nos preparar para um futuro. (ARENKT, 2000, p. 60).

Através disso, pode-se afirmar que o exercício do pensar é essencial para a vivência da vida do espírito, pois o pensamento traz lembranças, sendo estas lembranças importantes para recordar as atrocidades cometidas pela falta de pensar, e assim, ter uma vida do espírito que permita esse pensar, pois segundo Arendt todo esforço para pensar exige um “pare-e-pense”. (ARENKT, 2000).

Se no decorrer da vida o ser humano tivesse parado suas ações e pensado antes de tomar algumas decisões, provavelmente menos pessoas teriam morrido e o sofrimento seria mais ameno diante da pobreza e da残酷, faz-se menção ao totalitarismo e ao capitalismo. Afirma Arendt:

A memória, o poder que o espírito possui de ter presente aquilo que irrevogavelmente já passou e que está, portanto, ausente dos sentidos, foi sempre o exemplo paradigmático mais plausível do poder que o espírito tem de tornar presente os invisíveis. Porque tem esse poder, o espírito parece ser até mais forte que a realidade; opõe sua força à futilidade inerente a tudo o que está sujeito à mudança; recupera e relembra o que outra forma estaria à ruína e ao esquecimento. (ARENKT, 2000, p. 195).

Nesse aspecto, o exercício da vida do espírito é a abertura constante entre o passado e o futuro. Pois, a memória consciente ajuda o ser humano mediante as experiências do passado, como ele deseja que seja o futuro e a vida do espírito o ajuda nesse discernimento, dessa forma a pessoa estará fazendo uso de sua liberdade. (ARENKT, 2000).

Vontade e liberdade estão em paralelo à vida do espírito, pois permitem tornar toda a realidade presente mesmo na ausência. Nesse aspecto para melhor elucidar o conceito de vontade, Arendt (2000), expõe o entendimento de alguns autores que contribuem para a construção de sua filosofia:

Segundo Kant, a vontade era como um embaraço da razão quando se limitava a pensar na liberdade; Jaspers por sua vez, acreditava que a vontade e a

liberdade podem ser vistas na questão de o homem não obter a verdade, por isso ele a busca; já em Heidegger, a vontade é a exemplificação do cuidado e da preocupação com a existência humana e seu futuro, por isso vontade é um querer-não-querer. (ARENDT, 2000).

Diante disso, vivenciar a moral através da vida do espírito é procurar perceber todo esse percurso que a pessoa realiza, essa busca pela verdade, o controle das vontades, o relembrar o passado para ponderar um futuro, são dados que possibilitam o ser humano a ter uma esperança da vivência moral, mesmo que em alguns momentos a liberdade seja suprimida pela vontade, os regimes mencionados na presente pesquisa proporcionavam essa realidade. A vida do espírito continuará sendo a força memorativa que freia, e ao mesmo tempo, impulsiona o ser humano a partir da sua existência, a respeitar os direitos do outro e a própria liberdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica foi construída para entender o desenvolvimento moral da pessoa, a partir, das reflexões filosóficas de Hannah Arendt e de pensadores que corroboram na compreensão da filosofia arendtiana.

Por sua vez, no primeiro capítulo expõe-se a compreensão da banalidade do mal, pois compreendeu-se que está banalização que se encontra no vazio de pensamento possibilitou as atrocidades perpetradas pelo regime totalitário, proporcionou a perda dos valores morais, pois os três aspectos que a pensadora desenvolveu apresentam de forma clara as barbáries que a pessoa é capaz de realizar. Diante disso, dar passos além do mal é integrá-lo de forma consciente exercitando a ação do pensar diante das ações, pois a banalidade do mal consegue expressar as consequências de uma vivência de valores morais que não respeitem a vida e o outro.

Por conseguinte, o segundo capítulo compreendeu a condição humana através de suas ações diante do totalitarismo e os colapsos morais causados por essa ideologia, apresentou-se duas ideologias que proporcionaram ao homem através da história a percepção de quanto mal pode ser causado se ações forem realizadas sem o ato de pensar. Pois, no totalitarismo se observa o abuso de poder como fonte de ordem, a ditadura como novos princípios morais, a deturpação diante do certo e do errado e o ato de matar como uma ação natural ferindo o princípio ético da vida; da mesma forma se observou que o capitalismo também gerou no homem um ato de pensar apenas em si e a buscar riquezas custe o que custar mesmo que se percam os direitos e a dignidade do outro. Assim sendo, percebe-se que toda essa história fez o homem olhar para a sua condição e o levou a perceber que dentro de seu desenvolvimento moral ainda perdura o desejo de uma vida pautada pela verdade e liberdade que constituem o desenvolvimento do ser humano, afirma-se isso, pois a vida do espírito é a esperança que resta para o homem poder viver uma moral que respeite a vida e a dignidade humana através de sua memória que acessa o passado possibilitando assim modificar as ações do presente e mensurar às do futuro.

Portanto, após a realização deste estudo, pondera-se que as posições de Hannah Arendt diante da banalidade do mal e da vida do espírito são de muita relevância para o desenvolvimento moral da pessoa, pois quando se busca uma vida

contemplativa e de reflexão diante das ações, revela-se os erros praticados e aqueles que são possíveis de serem realizados como uma forma de educar o homem diante de sua condição humana. Fazendo com que a pessoa recorde a forma banal com que se praticou o mal e que a vida do espírito é de forma prática a esperança de uma vida moral mais livre e verdadeira respeitando o direito à vida e a dignidade do outro.

Em última análise, na área da educação está presente pesquisa colabora na problemática de que se faça um esforço de perguntar-se: a educação hoje procura desenvolver moralmente as crianças, os jovens e os adultos respeitando a sua condição de pessoa? Procurando revelar através da história os colapsos que podem ser vividos caso a moral seja deturpada por valores amoraís. Assim, a educação será de grande ajuda para o desenvolvimento moral do ser humano através de uma vida ativa e contemplativa. Este trabalho deixa o espaço para que outros possam desenvolver pensamentos filosóficos que questionem a relação da banalidade do mal com a vida do espírito.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo. A Banalidade do Mal e as Possibilidades da Educação Moral: Contribuições arendtiana. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15. 2010. (PDF).
- ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 55-95; 195-224. (PDF).
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 15-30; 260-338. (PDF).
- BARBOSA, Kherlley Caxias Batista. O Confronto Crítico de Arendt com Jaspers e Heidegger. **Revista Perspectivas**. Tocantins, v. 02, 2017. (PDF).
- CENCINI, Amedeo. **Integração Comunitária do Bem e do Mal: “como óleo perfumado”**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 239-301.
- CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista Ética & Filosofia Política**. São Paulo, v. 09, 2006. (PDF).
- CUNHA, Emerson José da. Kant e o Problema do Mal Radical. **Pensar - Revista Eletrônica da FAJE**. Belo Horizonte, v. 08. 2017. (PDF).
- FERNANDES, Indi Nara Corrêa. Silêncio e Solidão: Algumas questões sobre Filosofia Moral em Hannah Arendt. **Revista Pólemos**. Brasília, v. 08, 2019. (PDF).
- FRY, Karin A. **Compreender Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes. 2010.
- GUEDES, Alexandre. Martin Heidegger e Hannah Arendt o “si mesmo” e o Limite do Mal. **Revista Guairacá de Filosofia**. Guarapuava, v. 33, 2017. (PDF).
- KONRAD, Letícia Regina. Eichmann em Jerusalém e a Banalidade do Mal: Percepções Necessárias para a Urgência de uma Educação em Direitos Humanos. **Caderno Pedagógico**. Lajeado-RS, v. 11. 2014. (PDF).
- RAMOS, Silvana de Souza. Hannah Arendt: Não Suportar o Mal. **Revista Comunicações**. Piracicaba-SP, v. 24. 2017. (PDF).
- RIBEIRO, Ricardo Gomes. **Hannah Arendt, o Totalitarismo e a Relação com o Conceito do Mal e da Moral**. 2010. Dissertação da Conclusão do Mestrado (Pós-Graduação de Filosofia e Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010. (PDF).

SANTOS, José Carlos dos. **Psicologia e Desenvolvimento Moral da Pessoa.** Mariana, SP: Editora Dom Viçoso, 2018. p. 32-50; 67-92.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a Banalidade do Mal.** 1.ed. Belo Horizonte: UFMG. 2006.

VAZ, Éden Farias. **Banalidade do Mal: Colapsos Morais no 3º Reich.** Dissertação da Conclusão do Mestrado (Pós-Graduação em Filosofia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. (PDF).